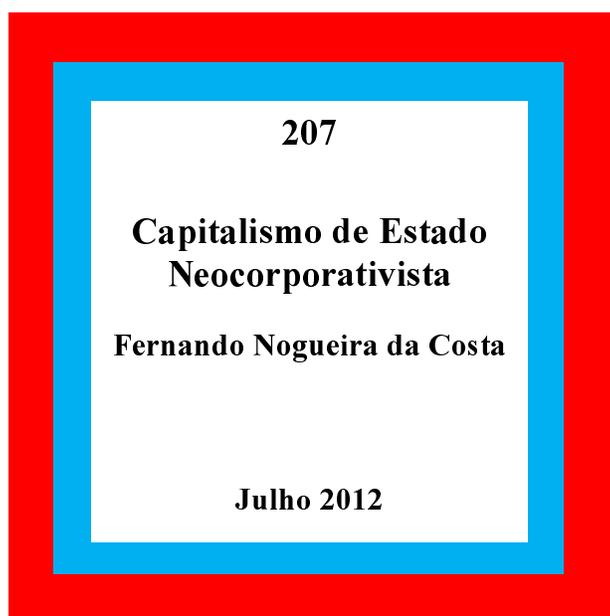


“ “ Texto  
para discussão



Instituto de Economia  
UNICAMP ” ”

# Capitalismo de Estado Neocorporativista

Fernando Nogueira da Costa <sup>1</sup>

## Resumo

Nossa pergunta-chave é se está se configurando um Capitalismo de Estado Neocorporativista no Brasil. Para responde-la, inicialmente, discutiremos a aplicação do conceito de Capitalismo de Estado, inclusive fazendo análise comparativa internacional. Depois, examinaremos a etimologia do Neocorporativismo. Consultaremos a teoria das elites brasileiras. Recorreremos a observador crítico estrangeiro para tentar entender a conciliação classista no Brasil. Tentaremos entender a razão de ser da metáfora do ornitorrinco. Estudaremos casos recentes de “reestatização”. Esboçaremos o perfil da gestão de fundos de pensão, atores que se tornam cada vez mais atuantes nessa estratégia de desenvolvimento socioeconômico. Por fim, concluiremos com reflexão sobre a Nomenclatura *a la* brasileira.

**Palavras-chave:** Economia do Desenvolvimento – Economia Nacional.

**Classificação JEL / JEL Classification:** O1 – O54.

## Introdução

Existem somente os indivíduos: tudo o mais – as nacionalidades e as classes sociais – é mera comodidade intelectual (Jorge Luís Borges, 1973 apud Stortini, 1990, p. 113).

Esta frase em epígrafe é uma provocação de escritor humanista aos sociólogos, marxistas e nacionalistas. Mas não basta estes classificarem Borges como um conservador e “virarem a página”. Fica a reflexão hegeliana: se a verdade é o todo, a repartição da realidade não é, de fato, “mera comodidade” para a divisão de trabalho em sua interpretação sob as diversas disciplinas, isto é, abstrações?

Assim, os economistas nunca encontrarão, isoladamente, fenômenos econômicos puros como a produção, a distribuição, o consumo e o investimento. Os sociólogos não verificarão a luta de classes em alinhamento uniformemente bilateral entre trabalhadores e capitalistas. Os psicólogos pesquisarão o subconsciente individual, porém não poderão ignorar a influência do ambiente familiar, escolar e profissional. E assim por diante.

---

(1) Professor-adjunto/livre-docente do Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas (IE/Unicamp). <http://fernandonogueiracosta.wordpress.com> / <http://lattes.cnpq.br/6773853439066878> / E-mail: [fercos@eco.unicamp.br](mailto:fercos@eco.unicamp.br).

Pois o nosso desafio intelectual neste Texto para Discussão é justamente esse: retornar à Economia Política. Precisamos de baixar o nível de abstração para elaborar a análise do desenvolvimento capitalista no País. A Ciência Econômica de maneira isolada, não dará conta. Precisamos da Ciência Aplicada, ou seja, reincorporar as abstrações feitas antes para destilar o sumo da Economia Pura. Especialmente, recorreremos a conceitos da Ciência Política e da Sociologia, sem esquecer das lições da história contemporânea.

Nossa hipótese é que está se configurando o Capitalismo de Estado Neocorporativista no Brasil. Apuraremos os indícios para tentar convencer ao leitor. Caso sejam frágeis, falsearemos a hipótese e seguiremos adiante em pesquisa de outra visão sistêmica. Nosso propósito não é fazer mais uma análise de especialista em algum setor de atividade, mas sim detectar a parceria estratégica, em longo prazo, dos grandes *players* na economia brasileira. Argumentaremos que, embora tenha ocorrido enorme redução do peso do Estado, promovida pelas privatizações neoliberais, ele ainda mantém sua capacidade de coordenação da negociação de megaprojetos. Agora, entretanto, há novidade, pois o Capitalismo de Estado Neocorporativista costura interesses trabalhistas, privados nacionais e estrangeiros.

Para o “teste dessa hipótese”, inicialmente, discutiremos a aplicação desse conceito de Capitalismo de Estado, inclusive fazendo análise comparativa internacional. Depois, examinaremos a etimologia do Neocorporativismo. Consultaremos a teoria das elites brasileiras. Recorreremos a observador crítico estrangeiro para tentar entender a conciliação classista no Brasil. Destacaremos a razão de ser da metáfora do ornitorrinco. Estudaremos casos concretos de reestatização. Esboçaremos o perfil da gestão de fundos de pensão, atores que se tornam cada vez mais atuantes nessa estratégia de desenvolvimento socioeconômico. Por fim, concluiremos com reflexão sobre a Nomenclatura *à la* brasileira.

## **1 Capitalismo de Estado**

O conceito de Capitalismo de Estado abrange, à primeira vista, dois modos de produção distintos. De um lado, aplica-se a países capitalistas com forte intervenção do Estado na economia, onde ele se esforça para desenvolver as forças produtivas, em ritmo superior ao do liberalismo, não aguardando indefinidamente “iniciativas particulares das livres forças de mercado”. Por outro lado, autores críticos classificaram também os países com o “socialismo realmente existente” (SOREX) como experiências de Capitalismo de Estado.

A esquerda crítica argumentou que Estados totalitários do SOREX mantiveram a exploração dos trabalhadores tal como no capitalismo privado. A única diferença teria sido o Estado se transformar no principal proprietário dos meios de produção. Ele extraía a mais-valia e, além do reservado para investimento no processo de acumulação de capital,

redistribuía o restante entre os burocratas. Estes passaram a usufruir de diversos privilégios, formando o que alguns autores se apressaram em classificar como “burguesia de Estado”, sem aprofundar a análise dos critérios de recrutamento e rotatividade de seus membros.

Recentemente, Adrian Wooldridge, em reportagem-dossiê publicada na revista liberal de circulação internacional, *The Economist* (21 jan. 2012), constata que “a crise do capitalismo liberal ocidental coincidiu com a ascensão dessa nova forma de capitalismo de Estado nos mercados emergentes”. Usou e abusou do conceito.

Vamos resumir seus argumentos para esse resgate conceitual. Entre os anos 1900 e 1970, os pró-estatistas obtiveram sucesso em impor a governos a política pública de tecer as redes de segurança social. Daí, eles terminaram nacionalizando setores prioritários e/ou estratégicos da economia. Contudo, entre 1970 e 2000, os defensores do livre mercado tais como Ronald Reagan e Margaret Thatcher conquistaram hegemonia em todo o Ocidente com a privatização de indústrias estatais e o dismantelamento do Estado de Bem-Estar Social. Por exemplo, a venda barata de casas antes usadas na locação social, na Inglaterra, seduziu os novos proprietários para adesão ao conservadorismo e conseqüente quebra da força eleitoral do Partido Trabalhista britânico.

No final dos anos 1980, o último líder soviético Mikhail Gorbachev tentou reformar o Estado com suas políticas de *perestroika* e *glasnost*, mas a União Soviética entrou em colapso. Ela foi formalmente dissolvida em dezembro de 1991, após tentativa abortada de golpe em agosto. A Federação Russa assumiu os direitos e obrigações soviéticos.

A era do triunfalismo do livre mercado, denominada também de “era neoliberal”, começou sua derrocada com sucessivas explosões das bolhas de ativos (ações, ponto.com e imobiliária) criadas por euforia irracional. A crise detonada pela avaliação equivocada de que o Banco Lehman Brothers não era “grande demais para falir”, em setembro de 2008, envolveu os países com Capitalismo maduro e seus satélites do bloco europeu.

“A crise do capitalismo liberal”, segundo diagnóstico apresentado na revista *The Economist*, “foi agravada pela ascensão de uma poderosa opção: o capitalismo de Estado, que tenta fundir os poderes oficiais com os poderes do capitalismo. Ele depende de o governo escolher vencedores e promover o crescimento econômico, mas também usa instrumentos capitalistas como o lançamento de ações das companhias estatais nas bolsas e abraça a globalização. Elementos do capitalismo de Estado já foram vistos no passado, por exemplo, na ascensão do Japão na década de 1950 e até na Alemanha nos anos 1870, mas nunca antes ele operou em tal escala e com instrumentos tão sofisticados”.

É meritório o reconhecimento neoliberal de que o Estado foi um instrumento utilizado no passado, em alguns países de capitalismo retardatário, para dar “salto de etapas”. Os britânicos conhecem e respeitam a história.

Entretanto, a matéria do *The Economist* não discute se a história recente da China poderia justificar a classificação de sua economia não como Capitalismo de Estado, mas sim como Socialismo de Mercado. Afirma, taxativamente, que “o capitalismo de Estado agrupa, hoje, a grande economia mais bem-sucedida do mundo. Durante os últimos 30 anos, o PIB da China cresceu a uma taxa média de 9,5% ao ano e o seu comércio internacional, em 18% em termos de volume. Nos últimos dez anos, o seu PIB mais que triplicou, para 11 trilhões de dólares. A China tirou do Japão o posto de segunda maior economia do mundo e superou os Estados Unidos como o maior mercado mundial de bens de consumo. O Estado chinês é o maior acionista das 150 maiores empresas do país e determina os rumos de milhares de outras. Ele conforma o conjunto do mercado ao administrar sua moeda, direcionar dinheiro para setores favorecidos e trabalhar em proximidade com as companhias chinesas no exterior”.

Da mesma forma, engloba sob o epíteto “capitalismo de Estado” algumas das empresas mais poderosas do mundo. “As 13 maiores companhias petrolíferas, que entre si possuem mais de três quartos das reservas mundiais de petróleo, são todas controladas pelo Estado. Assim como a maior companhia de gás natural do mundo, a russa *Gazprom*. Estatais de sucesso encontram-se em quase todos os setores. A *China Mobile*, gigante da telefonia móvel, tem 600 milhões de clientes. A *Saudi Basic Industries Corporation* é uma das indústrias químicas mais lucrativas do mundo. O *Sberbank*, da Rússia, é o terceiro maior banco da Europa. A *Dubai Ports* é o terceiro maior operador portuário mundial. A companhia aérea *Emirates* cresce 20% ao ano”.

Alerta, de maneira assustada ou defensiva, que “o capitalismo de Estado está em marcha, transbordando de dinheiro e encorajado pela crise no Ocidente. As empresas estatais somam 80% do valor do mercado de ações na China, 62% na Rússia e 38% no Brasil. Elas responderam por um terço do investimento direto estrangeiro no mundo emergente, entre 2003 e 2010, e uma porcentagem ainda maior de suas aquisições mais espetaculares, assim como uma proporção crescente das maiores empresas: três companhias estatais chinesas estão entre as dez maiores do mundo em faturamento, ante apenas duas europeias”.

Parece que o capitalismo liberal está em retirada por toda parte. E o estatal avança no vácuo.

Esta reportagem especial do *The Economist* foca o novo Capitalismo de Estado do mundo emergente, em vez de o velho Capitalismo de Estado na Europa, pois ele reflete o futuro em vez do passado. A reportagem olha, principalmente, para a China, Rússia e Brasil. Entre o BRIC, a Índia não é considerada em detalhe, “porque, embora tenha algumas das maiores estatais do mundo, elas costumam ser uma herança do Raj britânico e não campeãs nacionais em ascensão”.

O Capitalismo de Estado atual também representa significativo avanço sobre seus predecessores em vários aspectos, segundo enumera a reportagem. “Primeiro, ele está se desenvolvendo em escala muito mais ampla: somente a China possui um quinto da população mundial. Segundo, se organiza muito mais rápido: a China e a Rússia desenvolveram suas fórmulas apenas na última década. E, terceiro, tem instrumentos muito mais sofisticados à disposição. (...) Em vez de entregar indústrias para burocratas ou amigos, transforma-as em empresas geridas por administradores profissionais”.

Essa revista, assumidamente defensora do liberalismo, lança um olhar cético sobre o Capitalismo de Estado. Ela levanta dúvidas sobre “a capacidade do sistema de capitalizar seus sucessos, quando pretende inovar em vez de apenas ganhar terreno, e de se corrigir quando toma um rumo equivocado. Administrar as contradições do sistema quando a economia está crescendo rapidamente é uma coisa; fazer isso em uma situação desfavorável é outra, bem diferente. E o Capitalismo de Estado é assolado por compadrio e corrupção”.

Mas a reportagem também argumenta que “o Capitalismo de Estado é o mais formidável inimigo que o Capitalismo Liberal já enfrentou”.

Não deixa de afirmar que “os capitalistas de Estado estão errados ao alegar que combinam o melhor dos dois mundos, mas eles aprenderam a evitar algumas das armadilhas das tentativas anteriores de fomentar o crescimento pelo Estado. E eles estão florescendo nos dinâmicos mercados do mundo emergente, que têm crescido a média de 5,5% ao ano ante 1,6% no mundo rico, durante os últimos anos, e devem responder por metade do PIB mundial em 2020”.

O Capitalismo de Estado é a nova tendência em moda, inclusive porque jovens economistas de instituições multilaterais a usam. Eles já discutem a adoção de nova política industrial em outros países. É o modelo de maior sucesso.

A reportagem alerta também que essa emergência do Capitalismo de Estado levanta algumas questões capciosas sobre o sistema econômico mundial. “Como garantir um sistema de comércio justo se algumas companhias desfrutam do apoio, aberto ou dissimulado, do governo? Como evitar que preocupações legítimas com equidade descambem para a xenofobia e o protecionismo? Alguns dos maiores conflitos comerciais dos últimos anos (...) envolveram empreendimentos estatais. É provável que haverá muitos outros no futuro.”

Além disso, a ascensão do Capitalismo de Estado também está desfazendo muitas das suposições quanto aos efeitos da globalização. Entre outras, foi desmentido que “o Estado-Nação estava acabado”, que “os governos deveriam vestir a camisa de força dourada da disciplina de mercado”, que “as maiores empresas do mundo eram maiores do que muitos países” e, por último, mas não menos importante, que “a história tinha terminado com o triunfo do capitalismo democrático”.

A revista reconhece o alarmismo exagerado de uma consultoria de riscos políticos ao alegar que “é o fim do livre mercado”! Entretanto, segundo esse ponto de vista parcial, “está certo em dizer que um número surpreendente de governos, particularmente no mundo emergente, aprende a usar o mercado para promover objetivos políticos. A mão invisível do mercado está dando lugar à mão visível, e às vezes autoritária, do capitalismo de Estado.”

### 1.1 Capitalismo de Estado nos Países Emergentes

Para diferenciar o Capitalismo de Estado no Brasil do que é adotado em outros grandes países emergentes, vale inicialmente ler brevemente sobre o que neles ocorre. “O setor estatal como um todo está em rápida retração. Ele responde hoje por apenas cerca de um terço do PIB da China e da Rússia, comparado com a sua quase totalidade duas décadas atrás. Mas esse declínio é resultado de um enxugamento seletivo e não de uma liberalização. Os governos têm se livrado dos pequenos a fim de fortalecer seu controle sobre os maiores.”

As empresas estatais ficam mais ricas e poderosas mesmo enquanto o setor estatal como um todo encolhe. Os governos apertam o controle dos postos de comando da economia, apesar do crescimento do setor privado”.

Outro ponto importante é *a mudança na governança de empresas de propriedade estatal*. “Apenas um punhado de EEs ainda se reporta diretamente a Ministérios. A maioria dos governos prefere exercer o controle por meio da propriedade de ações”.

Algumas vezes, os Tesouros Nacionais detêm todas as ações, particularmente em petrolíferas, empresas de transporte e organizações quase militares. Mas têm preferido diluir a participação. Define-se uma Empresa Estatal como aquela na qual o Estado possui mais de 10% das ações. Alguns governos dominaram a arte de controlar companhias com participações minoritárias via “*golden shares*”.

As empresas estatais obtiveram *maior produtividade* graças à mistura de enxugamento de quadros supérfluos e reestruturação do processo produtivo. Elas também se tornaram *mais internacionais*: empresas que serviam apenas ao mercado doméstico arriscam-se no exterior de modo a conquistar futuras fontes de energia ou formar alianças estratégicas.

O núcleo duro do setor estatal são as petrolíferas nacionais: as 13 gigantes que controlam mais de três quartos das reservas mundiais de petróleo. Os governos continuam a manter o controle majoritário.

“O Capitalismo de Estado”, sublinha *The Economist*, “também tem uma coleção de empresas que se situam no polo oposto da relação de propriedade das companhias energéticas: campeãs nacionais que formalmente são de propriedade privada, mas que

desfrutam de apoio explícito ou encoberto de seus respectivos governos”. Aqui, no Brasil, essa crítica neoliberal é contumaz contra “a escolha dos vencedores pelo BNDES”.

Outra advertência é que o Estado está se tornando “um capitalista financeiro”, além de ser “um capitão da indústria”. Isto porque “os capitalistas de Estado não apenas tocam empresas, eles também administram enormes reservas de capital na forma de Fundos de Riqueza Soberana (FRSs)”.

Eles respondem por algumas das maiores reservas de capital do mundo. Cada um dos grandes controla cerca de 600 bilhões de dólares, o que os coloca próximos de alguns dos maiores fundos mútuos americanos em termos de ativos. “No total, os Fundos de Riqueza Soberana de todo o mundo controlam cerca de 4,8 trilhões de dólares em ativos, uma cifra que deve subir para 10 trilhões de dólares no fim desta década.”

Na crise financeira de 2007/2008, os fundos destinados a criação de carteira de ativos financeiros viram seu dinheiro colocado nos bancos de investimento norte-americanos ‘virar pó’. Isso levou à predominância de “fundos de desenvolvimento”, que também financiam o desenvolvimento econômico da região de origem, para prepará-la, por exemplo, para o dia em que o petróleo se esgotar. “Os FRSs dos petro-Estados acentuaram sua ênfase no investimento em ciência e pesquisa. Fundos de riqueza soberana no Kuwait, Catar, Rússia, China, Cazaquistão e Irlanda foram solicitados a apoiar as instituições financeiras domésticas. Quase todos os fundos se interessam mais pela administração das companhias que possuem ao exigir, por exemplo, um assento no Conselho de Administração.”

A crise de 2007/2008 acelerou o processo de transição de um modelo de *sistema radial*, em que Londres e Nova York atuavam como centros, para o modelo de *teia*, com muitos centros interconectados. Os FRSs agora preferem fazer grande parte de seus negócios entre si, em vez de passar por intermediários no mundo rico.

Todos esses elementos podem ser combinados em uma variedade de formas. A reportagem observa as diferentes formas que o capitalismo de Estado pode assumir. Evidentemente, *o Capitalismo de Estado não é sempre igual em todos os tempos – e lugares.*

Todos os chefes das 50 e poucas principais empresas da China têm conexão direta com o alto comando do Partido Comunista. O que *The Economist* chama de “Estado do Partido” exerce “um grau de controle sobre a economia que não tem paralelo no resto do mundo do capitalismo de Estado. O partido tem células na maioria das grandes empresas – no setor privado assim como no estatal que possuem seus próprios escritórios e arquivos sobre os empregados. Ele controla a nomeação dos capitães de indústria e, nas empresas estatais, até dos *office-boys*. Promove reuniões que eclipsam os Conselhos e, frequentemente, passa por cima das decisões tomadas por eles, particularmente na nomeação de pessoal. Costuma

envolver-se no planejamento de negócios e trabalha com a administração para controlar a remuneração dos funcionários.”

Na última década, a Rússia experimentou notável fortalecimento do poder do Estado, que parecia prestes a se desmanchar no período de “privatização selvagem” de Boris Yeltsin. O Kremlin acabou por transformar empresas dispersas em campeãs nacionais. O governo também renacionalizou indústrias privatizadas na década de 1990. O resultado é que o Estado russo mais uma vez fiscaliza os altos níveis da economia, porém, desta vez por meio de ações, em vez de ser diretamente.

O Kremlin também estabeleceu controle sobre os oligarcas russos, transformando empresas supostamente privadas em órgãos do Estado. A violência ajudou a instilar obediência. Periodicamente, o Estado russo exhibe sua força aos oligarcas. Eles, obsequiosamente, assumem a conta de obras públicas e mantêm-se afastados da política.

A *Nomenklatura*, palavra latina russificada que designava a classe dirigente da União Soviética, parece sobreviver. Os oligarcas do setor privado foram substituídos no coração das empresas por “buroarcas” do setor público, a maioria deles ex-oficiais da KGB de laços estreitos com Vladimir Putin, que passaram a última década a acumular poder, embora não participações nos negócios. Essas pessoas formam o conselho da “*Rússia Inc.*”, “empresa” chefiada por Putin, dominada pela KGB e dedicada a controlar os ativos mais lucrativos, do petróleo e gás à energia nuclear, diamantes, metais, armamentos, aviação e transporte.

Essa forma tão essencialmente russa de capitalismo de Estado tem, não obstante, conquistado parte do mercado global. As companhias de petróleo e gás têm comprado empresas similares no estrangeiro ou lançado ações em Bolsas no exterior. Os Fundos de Riqueza Soberana da Rússia se interessam particularmente em comprar companhias estrangeiras, em parte porque as próprias práticas russas nos negócios são nebulosas. Os homens de negócios russos compraram muitas propriedades no exterior.

Petróleo e realeza misturam-se para criar o Capitalismo dos Petro-Estados. Os monarcas do Oriente Médio usam o petróleo para se manter solventes há décadas. Mas nos últimos tempos adotam abordagem notavelmente sofisticada para gerenciar as economias, com administração profissional.

Mas o modelo de modernização do Golfo de cima para baixo foi assolado por duas maldições: compadrio e bolhas. Há certo limite para o que administradores podem fazer para evitar que a realeza local prejudique as empresas. Por exemplo, a Dubai World acumulou US\$ 80 bilhões em dívidas ao construir o arranha-céu mais alto do mundo e a ilha artificial em forma de palmeira. Dubai teve de ser socorrido pelo vizinho Abu Dabi. Os problemas do compadrio e da corrupção se mostraram ainda mais nocivos em outras partes do Oriente Médio.

Compadrio significa acordo ilícito, conluio, mancomunação. Esta relação entre “compadres”, sentimento ou expressão de amizade (e fidelidade) acima dos interesses coletivos nacionais, não é exclusivo do “homem cordial” brasileiro...

## 1.2 Capitalismo de Estado no Brasil

Apresentado os dos outros países emergentes, a reportagem do *The Economist* constata que “o Brasil é o membro mais ambíguo do time do capitalismo de Estado: uma democracia que também adota muitas características do capitalismo anglo-saxão. (...) uma liderança nas privatizações na década de 1990 que agora força sua maior mineradora, a Vale, a segurar trabalhadores que não precisa, e obriga empresas menores a embarcar em uma consolidação subsidiada.”

Antes de criticar essas diatribes, é curioso verificar a que ponto chegam essas observações superficiais sobre o País. O repórter parece só ter entrevistado economista neoliberal com mente colonizada.

“O Brasil passou a maior parte de sua história moderna a perseguir uma modernização conduzida pelo Estado. Uma pesquisa no começo da década de 1980 mostrou que o País tinha mais de 500 empresas estatais. O Brasil lançou um esforço de privatização nos anos 1990 para lidar com a hiperinflação, déficits em disparada e uma esclerose generalizada. Mas, recentemente, ele moveu-se em uma nova direção. O governo despejou recursos em um punhado de campeãs estatais, particularmente de recursos naturais e telecomunicações. Também criou um novo modelo de política industrial: substituiu a propriedade governamental direta por indireta por meio do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e sua subsidiária de investimentos (BNDESPar) e trocou o controle majoritário por minoritário ao adquirir ações de uma ampla gama de diferentes empresas. Sergio Lazzarini, do (Insper) Instituto de Ensino e Pesquisa, e Aldo Musacchio, da Harvard Business School, batizaram o modelo de *Leviatã como Acionista Minoritário*”.

O *modelo de acionista minoritário*, “uma das ferramentas mais afiadas do repertório do Capitalismo de Estado”, tem várias vantagens competitivas. “Limita a capacidade do Estado de usar as empresas estatais para recompensar clientes ou conduzir políticas sociais. Os acionistas privados têm poder suficiente para criar barulho. Mas também dá ao Estado mais influência em troca do seu dinheiro. Em 2009, as participações da BNDESPar valiam 53 bilhões de dólares, ou apenas 4% do mercado de ações. Mas o Estado tinha uma grande influência em todo o Brasil corporativo. (...) esse modelo pode aumentar o retorno das companhias sobre seus ativos. As empresas brasileiras normalmente sub investem em equipamentos para aumentar a produtividade, porque os mercados de capital [no Brasil] são

muito subdesenvolvidos. As participações estatais as proveem de recursos que não poderiam conseguir em outros lugares.”

Logo vem *a crítica ideológica explícita*. “Essa astuta versão de capitalismo de Estado está atualmente correndo perigo de exceder suas possibilidades. A descoberta da Petrobras, em novembro de 2007, de enormes reservas de petróleo enterradas profundamente sob o leito do Atlântico encheu a cabeça dos políticos de sonhos sobre grandes projetos. A mudança no equilíbrio mundial de poder dos Estados Unidos para a China também ajudou a persuadir muitos brasileiros de que o futuro está no capitalismo de Estado. *O resultado foi um surto de intervencionismo insensato*. O governo está tentando forçar a Petrobras a usar caros fornecedores locais de equipamentos apesar de dúvidas quanto à sua competência. Ele tirou Roger Agnelli de seu cargo de CEO da Vale a despeito de seu formidável histórico. E também deu para criar campeãs nacionais por meio de fusões forçadas: a BRF (Sadia e Perdigão) no setor de alimentação; a Oi (que foi obrigada a comprar a Brasil Telecom) nas telecomunicações; a Fibria (VCP e Aracruz) no papel e celulose. Até os modelos mais sofisticados de capitalismo de Estado não estão a salvo de políticos excessivamente zelosos.” Como veremos, erros factuais se misturam com preconceitos ideológicos nessa crítica.

Antes de terminar esse resumo da matéria do *The Economist*, é importante, para o que vem adiante, destacar seu argumento que “*nova elite*” comanda os diversos Capitalismos de Estado emergentes. “Todas essas variedades de capitalismo de Estado têm uma coisa em comum: *os políticos têm muito mais poder do que sob o capitalismo liberal*. Em regimes autoritários, eles podem reestruturar setores inteiros com uma canetada. Até mesmo nas democracias como o Brasil eles podem dizer às maiores empresas o que fazer. Na China, os prepostos do partido podem tocar as maiores empresas do país – e os chefes das empresas estatais às vezes podem conseguir altos postos no partido. Na Rússia, eles podem administrar as maiores companhias ao mesmo tempo que têm assento no governo. Mas, não obstante, há limites para o poder do Leviatã.”

Empresas estatais têm, na verdade, *bastante liberdade operacional*. A relação da companhia com os chefes políticos tem “menos a ver comum rígido controle de cima para baixo do que com sinais confusos, ambiguidade e até mesmo silêncio total”.

*Essas empresas também podem exercer bastante influência sobre seus supostos padrinhos políticos*. As empresas estatais costumam ter sucesso em frustrar as tentativas de fazer com que paguem mais dividendos. Pode-se dizer que as companhias estatais de energia têm mais influência sobre a política energética nos países de capitalismo de Estado que as companhias de energia privadas nos países liberais.

As empresas estatais também estão produzindo *uma geração mais sofisticada de administradores*: pessoas que aprenderam sobre administração nas melhores escolas do

mundo, que trabalharam no exterior e que têm visão muito menos míope do mundo que seus predecessores. Muitas empresas estatais querem que seus administradores tenham formação de nível internacional. Estão mandando seus administradores seniores para MBAs executivos. Elas também trazem acadêmicos de escola de administração estrangeiras para dar cursos específicos.

Os membros dessa nova geração de administradores estão transformando também a administração do setor público, conforme alternam entre o domínio corporativo e o governo. Há proeminentes líderes políticos que já exerceram altos cargos nas grandes empresas estatais. Reciprocamente, proeminentes líderes empresariais estão ocupando cargos políticos e militando no partido hegemônico. “Se o capitalismo de Estado permite aos políticos moldar as empresas, ele também permite às empresas moldar os políticos” é a conclusão da reportagem.

*The Economist* coloca sua esperança de que “dias melhores virão”, para o liberalismo, baseada, simplesmente, em sua visão elitista da meritocracia. Se essa “nova elite” teve sua mente formada em Universidades inglesas ou norte-americanas, ela espera que, mais cedo ou mais tarde, converterão o Capitalismo de Estado em Capitalismo Liberal!

## 2 Neocorporativismo

Onde está a origem desse termo? Um primeiro passo para verificar se cabe qualificar o Capitalismo de Estado no Brasil como *Neocorporativista*, é consultar o verbete do *Dicionário de Política*, organizado por Norberto Bobbio e outros autores, sobre o *Neocorporativismo*. Segundo verbete escrito por Marino Regini (1986, p. 818-820), constitui um conjunto de mudanças ocorridas nas relações entre Estado e organizações representativas de interesses particulares, nos países capitalistas com regime democrático. Distancia-se do *corporativismo* com identificação ideológica com o fascismo. O que há de comum é a tentativa de reviver certa unidade orgânica da sociedade medieval como reação ao individualismo e à atomização produzidos pelo liberalismo. A origem do termo está na *corporação medieval*, associação de indivíduos que exerciam a mesma atividade profissional, monopolizavam a “arte e ofício”, e, conseqüentemente, a produção, vedando-a aos estranhos.

A diferença fundamental é a seguinte. No *sistema neocorporativista*, a organização representativa dos interesses particulares é livre para aceitar ou não suas relações com o Estado, contribuindo, portanto, para defini-las. No *corporativismo dirigista* é o próprio Estado que impõe e define estas relações.

O Neocorporativismo é forma particular de intermediação de interesses entre sociedade civil e Estado. Contrariamente ao que ocorre no *sistema pluralista*, no *sistema neocorporativista* os interesses gerados na sociedade civil são organizados em números

limitados de “grupos de produtores”, seja em sindicatos dos trabalhadores, seja em associações empresariais.

Essas associações sindicais ou patronais têm estrutura interna centralizada e hierárquica. Pertencer a elas quase é obrigação, quando não de direito, pelo menos de fato. Ao escolher os interlocutores, muitos Estados influenciam na formação e consolidação das organizações representativas de interesses, na maioria dispersos e incapazes de se agregar na sociedade civil.

O Neocorporativismo é visto, nesse caso, como uma específica maneira de formação das opções políticas por parte da máquina do Estado. No Neocorporativismo, as grandes organizações representativas de interesses não se limitam a exercer pressões externas, como na democracia representativa, mas são envolvidas diretamente no processo de formação e de gestão das decisões. Seria o processo de buscar consenso na política econômica.

O Estado assume então a iniciativa no que se refere às organizações representativas de interesses. Dá a elas reconhecimento público e até delega-lhes funções públicas ao torná-las coparticipantes na formação de opções políticas.

Na impossibilidade de evitar o conflito de classes, transporta-o para a arena política, concedendo poder e benefícios às organizações do capital e do trabalho, em troca de moderação em suas relações conflitivas. Face à *crise de governabilidade*, alguns Governos reagiriam procurando incorporar os grupos mais fortes, em termos de poder e legitimidade, no processo de formação das opções políticas, para induzi-los a não exercer a posteriori seu poder de veto sobre as próprias opções. Envolvem-nos na *regulamentação pública da economia*.

A *solução neocorporativista* se impôs em países e períodos históricos em que os governos foram dominados por partidos da classe trabalhadora. Alguns desses governos reagem assim à *dificuldade de governabilidade* na transição, representando para as organizações sindicais a garantia política que o Estado será o promotor de alguns interesses classistas fundamentais: pleno emprego, Estado de bem-estar social, proteção de direitos sindicais. Essa garantia leva os sindicatos a privilegiar a negociação política acima da atividade conflitivo-contratual. Esse processo pode levar à centralização da estrutura sindical e da atividade de negociação.

O *sistema neocorporativista* não é, portanto, “estratégia de dominação”, mas sim processo onde também as opções colocadas pelas organizações sindicais desempenham papel decisivo. Onde não se verificam estas condições políticas, devido à fragilidade e fragmentação dos sindicatos, estes ficam, conseqüentemente, fora da negociação política. Ao contrário, sindicatos fortes impõem soluções neocorporativistas como resultado de conquistas efetuadas a partir de baixo e não como fruto de concessões vindas do alto.

No caso de *política neocorporativista*, segundo ensina o verbete sobre o Parlamento escrito por Maurizio Cotta (1986, p. 887), parece à primeira vista mais difícil ver a possibilidade de que o Parlamento continue a desempenhar papel significativo. As negociações e acordos de tipo vertical entre as grandes organizações socioeconômicas e o Governo parecem tornar totalmente vã a necessidade e possibilidade de interferência do Parlamento, organismo complexo e lento no plano das decisões e, além disso, imediatamente não tão representativo dos “interesses das categorias”.

Mas talvez isso seja uma superestimativa da importância e abrangência da política neocorporativista. Este modelo não pode ser aplicado a todos os setores do *policy-making*, por exemplo, na política externa, na política judiciária, na política fiscal, etc. Nestes âmbitos subsiste a possibilidade de espaço para o Parlamento.

Além disso, no modelo neocorporativista, uma das partes em causa é, necessariamente, o Governo. Em democracia pluralista, a estrutura governamental não existe sem a instituição parlamentar, senão ela se degenera em órgão autocrático. A política partidária constitui elemento de equilíbrio em sistema político aberto e pluralista.

Segundo passagem do verbete sobre Liberalismo, escrito por Nicola Matteucci (1986: 686-705), o Estado liberal contemporâneo encontra-se entre o neocorporativismo e o mercado. O problema histórico, que atualmente está agitando o pensamento liberal, seja de direita, seja de esquerda, é buscar formas novas para que *a primazia da sociedade civil* possa se exprimir, deixando com o Estado apenas a tarefa de garantir para todos a lei comum, bem como a função de órgão equilibrador e incentivador de iniciativas autônomas da sociedade civil.

A alternativa desta volta à sociedade civil e ao mercado é o *Neocorporativismo* ou *Estado de Corporações*. Ele se baseia nas organizações dos grandes interesses privados e na sua colaboração, no nível político, nas decisões estatais. Deste modo, tais organizações se incorporam no Estado, daí a expressão adotada aqui de Capitalismo do Estado Neocorporativista.

### **3 Teoria das Elites Brasileiras**

Cristina Buarque de Hollanda encerra seu livro, publicado em 2011, a respeito da teoria das elites, apresentando as marcas do elitismo nas origens da República brasileira. A tensão entre elites e democracia também povoou o imaginário político brasileira de princípios do século XX.

Muitos autores enxergaram na habilitação política das elites a possibilidade de superação dos problemas nacionais. Entre eles, Hollanda (2011, p. 44-49) destaca Oliveira

Vianna (1883-1951) e Assis Brasil (1857-1938) como representantes da presença do elitismo nas teorias políticas autoritária e liberal, respectivamente.

Na obra de Oliveira Vianna, há a denúncia da inadaptação da República, que estaria fundada em modelo político alheio à realidade social do País. Inspirada no padrão norte-americano, a arquitetura formal do poder republicano não seria capaz de organizar o povo brasileiro, destituído da vontade política necessária ao liberalismo.

A superação do atraso não pode resultar da ação espontânea desse povo sem formação cívica. Somente as elites podem produzir movimento na política e romper o círculo vicioso da República. Nesse sentido, Oliveira Vianna propõe a exclusão política das “maiorias populares”.

O apelo às elites vem acompanhado da exigência de intelectuais e políticos aprenderem a pensar à brasileira e abandonar o hábito de subserviência intelectual. O autor dirige às elites orientação clara: *a produção necessária de vocação nacionalista*.

O entendimento correto da realidade nacional por homens de inteligência e formação superior deveria ser capaz de livrar o povo de seu infortúnio. No novo cenário induzido pelo governo, os homens devem transitar de identidade social fragmentada para corpo social único. Esta mutação levaria ao amadurecimento necessário, e igualmente induzido, das classes econômicas no País.

Oliveira Vianna identifica nas classes profissionais e econômicas o lugar necessário de formação das elites brasileiras. À diferença dos partidos movidos pelo espírito de facção, os homens reunidos pelo trabalho ou pela atividade econômica constituiriam unidades orgânicas, e oportunas, para a política. As organizações corporativas poderiam contornar a fragmentação social indesejada e produzir harmonia na diferença.

O pensamento autoritário desse “intérprete do Brasil” descarta a figura do legislador onisciente, que, apoiado na frágil legitimidade do voto, delibera sobre todas as matérias e desconhece seus conteúdos específicos. Na política observada, as leis resultavam de criação endógena do governo, sem vínculo real com o universo social que pretendia regular. Os governantes brasileiros seriam “bacharéis de talento” que legislam sobre atividades sem ouvir os que as praticam. Nessa perspectiva, o divórcio entre o governo e a técnica produz bases inconsistentes para as ações de Estado.

“Para Oliveira Vianna, o Estado Novo, instituído por Getúlio Vargas em 1937, seria poderoso instrumento de modelação das boas elites, atento às particularidades da formação nacional e à necessidade de induzir o amadurecimento das profissões e das atividades econômicas. A ditadura getulista, nesse sentido, seria marco de superação dos males da política conduzida por elites viciosas” (Hollanda, 2011, p. 46).

Extrapolando essa noção além da época de sua elaboração caberia indagar se ele não enquadraria da mesma forma a ditadura militar pós-1964, quando governos tecnocratas impuseram, autoritariamente, “modernização conservadora” ao País. No entanto, Oliveira Vianna, assim como outros autores da Teoria das Elites, distingue elites boas e más. O princípio elitista, por si só, não produz conteúdo desejável para a política.

No caso de Oliveira Vianna, as elites devem migrar de uma consciência política subordinada para um *juízo autônomo*, ajustado às particularidades do caso nacional. Além disso, devem transitar do auto interesse para uma *identidade corporativa* afinada com o interesse comum. Apenas esta transformação combinada produziria as bases de novo, e positivo, tempo da política.

Assis Brasil, político liberal, enxerga as elites como princípio motor da política. Para ele, a representação seria o incremento necessário à qualidade da política. A classe política acumula as virtudes para um bom governo e o povo não tem capacidade de deliberar sobre assuntos de interesse público. Cada povo, portanto, “deve ser governado, ou dirigido, por uma minoria inteligente”.

As massas populares não devem ser completamente excluídas da cena política, mas limitadas à função específica do voto. A escolha dos representantes é uma ação que não exige ciência. Os homens comuns são aptos a manifestar preferência pela via eleitoral.

O princípio elitista de Assis Brasil exclui, portanto, o povo da deliberação direta sobre as agendas públicas, mas não retira dele as bases da legitimidade política. O mandato político não é vinculativo, mas livre, isto é, o representante recebe do eleitor mandato para agir, em nome do povo, conforme seu juízo, limitado apenas pela Constituição.

As elites, portanto, não existem a despeito e à revelia do povo, mas são autorizadas e instituídas por ele. O povo considerado é apenas aquele qualificado para a vida pública. Todos os homens são sujeitos em potencial do corpo eleitoral, mas poucos efetivamente fazem jus a ele. Embora defensor do sufrágio universal, Assis Brasil exclui os analfabetos do corpo eleitoral e, deste modo, elimina segmento expressivo de população ainda iletrada. Impotentes para produzir juízo autônomo a respeito da cena política, à qual tinham acesso limitado, esses homens em posição inferior apenas poderiam reproduzir a opinião alheia. A qualidade do eleitor era mais valiosa do que a quantidade, e a participação política por meio do voto fazia-se, na prática, ritual de elites expandidas.

#### **4 Conciliação**

Outro livro muito interessante para “pensar o Brasil” é o do francês Michel Debrun, publicado em 1983. Ele sugere que “os eixos da política brasileira não mudaram, fundamentalmente, desde a Independência. Face à grande diversidade das conjunturas, as

forças dominantes reagiram lançando mão de um número limitado de estratégias políticas, sempre as mesmas”. Entre essas estratégias avulta a *Conciliação*. É ela, sua natureza, sua história e as condições que ainda lhe permitem manter parte de sua eficácia que constitui o foco do livro.

Seu diálogo com os ideólogos isebianos, que trabalhavam na elaboração e na difusão da ideologia do “projeto nacional-desenvolvimentista”, suscitava-lhe a preocupação com a real existência (ou não) de identidade nacional brasileira.

Esse estrangeiro, observador crítico das “cenas da vida brasileira”, de um lado, lidava com pensadores ciosos de estimular, tanto no plano estético como no sociopolítico, *atitudes individuais ou coletivas hiperconscientes, voluntaristas, “construtivistas”*. Atitudes que às vezes ele observava também no homem da rua como, por exemplo, em frases do tipo “esse Brasil não tem mesmo jeito; não se pode emendar: *tem de tudo recomeçar, mudar tudo*”. Seriam expressões difíceis de encontrar na conversa corrente de europeu.

Mas, de outro lado, ele não podia deixar de constatar a famigerada “fisiologia” brasileira, isto é, o senso de compromisso, do favor, do jeito, às vezes do “deixa disso” ou até da negociata. Existia mesmo, no Brasil, a ideologia da fisiologia, ou seja, *a ideologia da “conciliação”*, que pretendia fundamentar, legitimar, certos comportamentos. *Ideologismo e fisiologia* podiam impregnar, de modo alternado, as atitudes das mesmas pessoas ou dos mesmos grupos.

Michel Debrun se perguntava: “Que país é este, que pode abrigar tais oposições, intra-individuais ou intra-grupais”? A resposta, provavelmente, devia ser buscada na longa duração nos mecanismos de dominação que, desde as origens, se reproduziam em *feed-back*.

Até o final do regime militar, tinha deixado como única opção, aos grupos dominados e às elites dissidentes, a escolha, ou melhor, a contínua oscilação, entre *a acomodação*, daí a *fisiologia*, ao que chama de “estrutura brasileira de autoridade”, e a tentativa de quebra radical do “sistema”. Daí *o ideologismo* e seus repetidos fracassos, pelo menos no plano sociopolítico.

Tudo isso dificultava a existência ou a constituição da identidade nacional, pois esta requer certa coerência e continuidade. Ela tem de ser enunciada pelo próprio possuidor dessa identidade. Os brasileiros, de modo geral, não podiam proferir sobre si mesmo duas coisas contraditórias. Talvez, a rigor, isso era concebível no *plano estético ou lúdico*. Quando Oswald de Andrade, em seu *Manifesto Antropófago*, divulgado em 1928, ou *o Tropicalismo*, no final dos 60, procuravam expressar em obras ou comportamentos “somos, nós brasileiros, ao mesmo tempo, o arcaico e o moderno, a cultura endógena e cultura importada, mutantes, etc.”, eles pretendiam definir alguma “meta-identidade”.

Entretanto, no *plano sociopolítico*, um indivíduo ou uma coletividade não podem se declarar, a não ser brincando, ao mesmo tempo *fisiológicos e ideológicos*. Há de escolher. As duas vertentes implicam modalidades de ação incompatíveis entre si. Daí Michel Debrun chegou a concluir que, nesse plano, não havia, ainda, *identidade nacional*. Houve apenas esboços dela, no Brasil urbano do período populista. Mas eles próprios foram bloqueados, castrados ou artificialmente redirecionado, isto é, colocados a serviço do “Brasil Grande”, durante a ditadura (1964-1985).

A conciliação no *âmbito sócio-cultural* (samba, carnaval, futebol, culinária, TV em rede nacional, telenovela, etc.) serviu para disfarçar o que ocorria no *âmbito sócio-político*. O comportamento concreto, no Brasil, correspondeu só muito parcialmente às normas de que ninguém, porém, queria dispensar. Há sempre oscilação entre *valores “proclamados”* e *valores “reais”*. Há a dialética confusa da *ordem* e da *desordem* que torna-se bastante difícil distinguir o *lícito* do *ilícito*.

A *conciliação (sem aspas) sociocultural* revestiu ideologicamente a “*conciliação (com aspas) política*”, embora esta constituísse mecanismo de disciplinamento e aquela manifestação de relaxamento. Primeiro, os atores dominantes praticavam – e praticam – as duas, passando a cada instante do rigor global que rege o enquadramento dos grupos subalternos, principalmente no “mundo” do trabalho, para a tolerância em relação a inúmeros aspectos do dia-a-dia. O que favorece as confusões é quando há reciprocidade desta para aquela. Segundo, entre *o rigor* e *a tolerância*, a distância pode-se tornar aparentemente pequena, facilitando a visão de *cooptação política* como sendo algum aspecto da *mistura sociocultural* entre valores heterogêneos. Terceiro, o que existe de *coesão* ou de *coerção* na cooptação passa a ser percebido sob o prisma do *paternalismo* do “pai dos pobres”, do “padrinho político” ou de algum outro Poder Moderador.

No passado, aproveitou-se da organização apenas incipiente das classes subalternas para esmagar os inconformismos ou preveni-los pelo aliciamento de certos “representantes”. Getulismo, ademarismo, janismo, lacerdismo, chaguismo, malufismo, etc. se enquadram, pela direita, em arquétipo que vem de longe na história brasileira. Essa “conciliação” se destina a encher os currais eleitorais.

Outra “conciliação”, contrapartida da primeira, envolve recrutar *apadrinhados “confiáveis”*. Como é raríssimo encontrar parceiros dotados de igual vocação para independência e submissão, na medida em que, prevalecendo os pruridos de liberdade, eles levarão de roldão a fidelidade, melhor contemplar apenas os *adesistas da gema*, que nem ideologia da autonomia advogam, por exemplo, os sarneysistas, os quercistas, os lulistas, etc. na montagem periódica de quem toca a máquina pública.

No limite, e aqui brota a ideologia propriamente dita, o fosso entre o topo e a base da pirâmide social tende a se esvaír em *clientelismo*. Cede lugar, sobretudo na mente dos que mandam, à ideia de complementaridade harmoniosa entre funções de *direção* e funções de *execução*. Para as primeiras estariam *predestinados os membros da elite política, inclusive sindical e midiática*, “personalidades” ou “celebridades”, cuja liderança, ou melhor dito, popularidade, teria o consentimento ativo dos outros, isto é, dos “de fora”, a maioria do povo. Assim, sob o olhar observador do intelectual estrangeiro imigrante, a realidade política de cooptação perdura ao longo dos tempos em terras brasileiras.

## 5 Ornitorrinco

Há cientistas sociais e economistas brasileiros que, embora reconheçam essa esdrúxula constituição da identidade nacional, têm dificuldade com ela conviver. Eles a comparam com a “jabuticaba”, fruta que só dá em *terrae brasilis*.

Quando o Partido dos Trabalhadores (PT) foi constituído, em 1979, o sociólogo brasileiro Francisco de Oliveira estava entre os seus fundadores. Entretanto, passados 21 anos, logo que assume a responsabilidade da maioria com Lula sendo eleito para a Presidência da República, o radical acusa o governo do PT ter promovido uma negociata ao fazer aprovar a Reforma da Previdência que o Governo Federal propôs. Trata-se, afirma, de “*uma mistura esdrúxula da coisa mais avançada do capitalismo financeiro com a coisa mais atrasada do subdesenvolvimento. O país será como um mamífero que bota ovo*”, afirmou em sessão pública na Universidade de Campinas (Unicamp) dedicada à Reforma da Previdência.

Reproduzimos abaixo extrato de sua entrevista ao Jornal da Unicamp.

“**Jornal da Unicamp** (18 a 24 de agosto de 2003): Em sua visão, o que teria levado um governo petista a adotar uma postura que contraria o seu discurso histórico?”

**Francisco de Oliveira** – É uma boa questão e também a coisa mais difícil a ser elucidada. A gente pode tentar uma solução fácil, dizer que eles traíram, que foram *cooptados pelo grande capital*, e tudo isso também é verdade. Mas a elucidação completa é muito difícil. Eu desconfio que há o predomínio de uma *nova classe* dentro do PT e que isso influenciou poderosamente no partido.

**JU** – E quais seriam as raízes dessa nova classe?

**Oliveira** – As raízes estão na posição a que certos trabalhadores foram levados, por exemplo, na administração de fundos de previdência nas estatais, na administração do Fundo de Amparo ao Trabalhador, na convivência com organizações do tipo do BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social). Isso vai criando uma ideologia comum. Isso consegue criar um descolamento, porque o trabalhador que exerce a administração de

um fundo fica dividido. E nessa divisão, quem ganha é o lado administrador de fundos. Isso deveu-se a poderosas modificações na sociedade brasileira pelo processo de globalização e sobretudo pelo processo de financeirização da economia. Isso atingiu camadas de trabalhadores e os transformou em gestores de fundos capitalistas.

**JU** – Por que essa suposta nova classe interna do PT teria emergido justamente no momento em que o partido alcança o ponto máximo do poder?

**Oliveira** – O poder é o momento propício, além do fato de que você se vê obrigado a administrar uma economia capitalista. O PT é muito mal preparado, teoricamente, para administrar uma economia capitalista. O PT tem especialistas em Fundo de Previdência e gente que sabe como administrar isso. Mas quem faz o papel teórico de pensar o Estado no PT?" [Uai, seus intelectuais...]

Segundo Francisco de Oliveira, em sete anos, a reforma iria concentrar no sistema financeiro uma quantia equivalente a pouco mais de 40% do PIB brasileiro! [Errou feio: os fundos de pensão tem carteira de ativos de cerca de R\$ 600 bilhões, equivalente a 15% do PIB, e o FUNPRESP só foi aprovado em 2012.] Acrescentava que, até 2010, o dinheiro a ser captado pelos fundos privados chegaria a 670 bilhões de reais. “Nem mesmo todas as privatizações realizados ao longo dos últimos dez anos alcançam esse valor”, argumentava, equivocadamente, o sociólogo uspiano Chico de Oliveira. E concluía tratar-se de reforma privatista, ao serviço do capital financeiro, considerando ser "trágico que um Partido dos Trabalhadores tenha uma visão de Estado que é mercadológica".

Ele confirma essa intuição, avessa à economia de mercado, embora sem apresentar muita sustentação teórica, em sua participação em programa da TV Cultura, no dia 1º de dezembro de 2003. Entrou em dissidência logo no primeiro ano do Governo Lula, conforme está registrado na série *Memória Roda Viva*, acessível pela web:

**“Luiz Guilherme Piva:** Bom, a gente se conheceu na época em que eu estava CUT, trabalhando sobre câmaras setoriais, e hoje estou no ramo de fundo de pensão, na Funcef, e eu queria falar sobre o ornitorrinco. (...) os seus alvos de críticas atualmente são posturas dos Fundos de Pensões, e eu acho que o que os Fundos de Pensões fizeram no passado é, justificadamente, criticado assim. Mas com a mudança da legislação de uns anos para cá, do papel dos Conselhos e, principalmente, dos novos gestores, eu acho que esse tipo de erro tem que ser revisto. De toda forma, você tem uma trajetória intelectual sempre à esquerda democrática, mas saudavelmente distante do esquerdismo. Você seria – isso dentro e fora do PT – algo como um social-democrata puro, vamos dizer assim, no que se tem de base operária da experiência europeia, dos mecanismos de gestão compartilhada, dos recursos públicos, no seu trabalho intelectual dos anos 70, na defesa das alianças e na defesa das câmaras setoriais que eu mencionei agora. E agora você nos surpreende com a crítica

esquerdista, não ao partido ou à política econômica que é criticável em [...], mas uma crítica esquerdista aos poucos institutos, vamos dizer, socialdemocratas que temos, que é gestão compartilhada de recursos como o do FAT [Fundo de Amparo ao Trabalhador], ou dos fundos de pensão e de recursos que um dia você chamou de anti-valor, chamou positivamente de fundos públicos que compartilham o excedente. E as pessoas que criticavam as câmaras setoriais, chamando isso de rendição à lógica do capital, mais ou menos falavam o que você está falando agora do FAT e dos fundos, que estão atendendo à lógica do capital, o investimento patrimonial do capital. *Por que esse esquerdismo tardio?*

**Francisco de Oliveira:** Não é tardio. *O meu esquerdismo é desde criancinha, só que eu nunca fui tolo, isto é, eu nunca pertenci às fileiras daqueles que pensavam a revolução nos termos clássicos.* A minha crítica vai no seguinte sentido: o problema do reformismo é que ele não existe mais. O problema dos partidos reformistas é que eles não são reformistas. O problema da social-democracia é que ela deixou de ser reformista. Então, você compara a minha crítica numa e noutra conjuntura; eu estudei isso do ponto de vista do Estado de bem-estar e sempre fui francamente favorável a isso; nunca me assustou aquilo que a esquerda condenava taxativamente, não é? Social-democracia, para a esquerda, era o social-fascismo dos anos 10 e 20. Eu nunca pensei assim, aliás, dediquei-me na França a tentar mergulhar para saber o que era, o que tinha sido a social-democracia. Qual é a minha diferença? *A diferença é que, na forma como os fundos estão funcionando, eles são corporativistas, quer dizer, falta o terceiro olhar, que é o olhar da sociedade.* Os fundos foram constituídos como? *Os fundos são uma criação da ditadura.* Todos os principais, salvo o Previ [Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil], que vem anterior... uma instituição que os funcionários do Banco do Brasil criaram já há muito tempo, todos os outros são criação da ditadura. Foram criações da ditadura com dois objetivos: o primeiro, o de cooptar a franja mais elevada do funcionalismo das grandes estatais; e o segundo, exatamente de constituir fundos de acumulação, fundos compulsórios de poupança.

**Luiz Guilherme Piva:** Por isso que hoje tem uma gestão compartilhada: os trabalhadores comandam os Conselhos Deliberativos, Fiscal e definem a política de investimento.

**Francisco de Oliveira:** Mas falta a sociedade.”

Francisco de Oliveira ressalva que não é apenas esse grupo que chegou ao poder que constitui uma *nova classe*. “O PT, como o PSDB, estão banhados na emergência do que eu chamo ‘a nova classe social’, que tem reparos teóricos, é um *conceito impreciso*.” Ele tenta dizer que na confluência de privatizações, desregulações, neoliberalismo sobre uma economia periférica, como a brasileira, criou-se uma *nova classe social*, que é essa que administra a articulação entre o fundo público e a acumulação privada. Essa expressão “nova

classe” ele usa no sentido de *nomenclatura*, designando “pessoas” que, na interpretação marxista clássica, são uma função no sistema econômico, que é a que elas exercem. Elas tem acesso a um fundo público que é indispensável para a acumulação neste país. Portanto, têm papel político central.

Talvez Chico de Oliveira tenha precipitado em sua análise política e sociológica. O Estado capitalista possui uma autonomia relativa em relação os interesses particulares de capitalistas. A integração ideológica supõe também que o Estado leve em conta, em certa medida, os interesses materiais das classes dominadas e exploradas. Os interesses limitados dos capitalistas individuais podem ser, assim, “sacrificados” em nome dos interesses da classe dominante em seu conjunto, isto é, da reprodução do sistema capitalista.

André Singer levanta hipótese a respeito da razão pela qual determinadas políticas públicas não são implementadas pelo governo de coalizão político-partidária sob a liderança do PT (Partido dos Trabalhadores). Em seu pronunciamento no primeiro seminário da RedeD, no IE-UNICAMP, em dezembro de 2011, disse que “os interesses concretos da *classe média tradicional*, isto é, aquela estabelecida há mais de uma geração, a transformaram em base de massa da sustentação ideológica do rentismo financeiro”. Ela formaria a “opinião pública” no sentido de aversão ao aumento da carga tributária para financiar, via arrecadação fiscal, o aumento dos gastos sociais, especialmente em Saúde, e aversão ao aumento da contribuição previdenciária. Haveria preferência pelo regime de capitalização próprio, isto é, a previdência complementar conduzida por cada indivíduo ou terceirizada por ele.

Nesse conflito de interesses entre política pública e iniciativa privada, o “fiel da balança” poderia ser estabelecido pela *nova classe trabalhadora*. Mas, para tanto, a tradição estabelecida recentemente pelo Governo Lula, seguida em princípio pelo Governo Dilma, teria de ser rompida. Na transição para Governo Popular, evitou-se provocar confrontos sociais, pelo contrário, buscou-se um pacto social, estabelecido, por exemplo, no CDE (Conselho de Desenvolvimento Econômico-Social). Seu apelido – “Conselhão” – já caracteriza sua ampla composição social.

Singer (2011) deduz que essa postura de *governo neocorporativista*, evitando a ameaça de conflitos (exceto na ameaça golpista durante a chamada “crise do mensalão” quando a CUT ameaçou reagir indo às ruas), não teria politizado a *nova classe trabalhadora*. Sendo assim, o rentismo da velha classe média sustenta a “financeirização da riqueza”.

É perceptível, na visão típica da esquerda brasileira, a tradicional demonização dos banqueiros, apresentados como “inimigos do povo”. Desconfio da personalização de “bodes expiatórios”. Prefiro, em vez de seus “sacrifícios aos Deuses”, as reformas para a mudança do sistema capitalista do qual todos os indivíduos fazem parte, assim como do sistema bancário.

Nesse sentido, Costa (2010) argumenta que a nova classe trabalhadora que ganha acima do teto de aposentadoria do INSS, ou seja, de R\$ 3.916,20, necessariamente, para manter seu padrão de vida durante a fase de aposentadoria, terá de se tornar... “rentista“! Em outras palavras, a aversão ao aumento da contribuição para a Previdência Social se justifica pela necessidade de Previdência Complementar, ou seja, qualquer trabalhador assalariado da “nova classe trabalhadora” terá de somar ao *regime de repartição* o *regime de capitalização*.

Com sua aversão radical ao pragmatismo governamental, necessário para dirigir uma economia de mercado, Chico de Oliveira não conseguiu aguardar os acontecimentos. Provavelmente, além do sucesso socioeconômico do Governo Lula, sua reeleição em 2006 e eleição de sua sucessora, Dilma Roussef, em 2010, devem o ter surpreendido. Será que ele esperava a reestatização de empresas estatais, que tinham sido privatizadas na era neoliberal, com participações ativas dos fundos de pensão, a aprovação do FUNPRESP, e os outros desdobramentos que configuram o Capitalismo de Estado no Brasil?

## 6 Reestatização

Na história recente do Capitalismo de Estado no Brasil, é importante registrar o importante evento ocorrido em abril de 2011, quando, indiretamente, com os maiores fundos de pensão patrocinados por empresas estatais e o BNDESPar, o governo retomou o controle majoritário da maior empresa de mineração, a Vale. Ela explora riqueza do subsolo brasileiro, principalmente, para exportação.

Entretanto, essa “reestatização” deixou muitas “viúvas do neoliberalismo” entristecidas. Ouvimos seus lamentos através da citada matéria publicada no *The Economist*.

Em pesquisa de evidências empíricas para acatar ou descartar a hipótese da configuração de Capitalismo de Estado no Brasil, vale, então, consultar reportagem de Ivo Ribeiro e Silvia Fregoni (Valor, 4 abr. 2011). Ela noticiou os fatos então ocorridos.

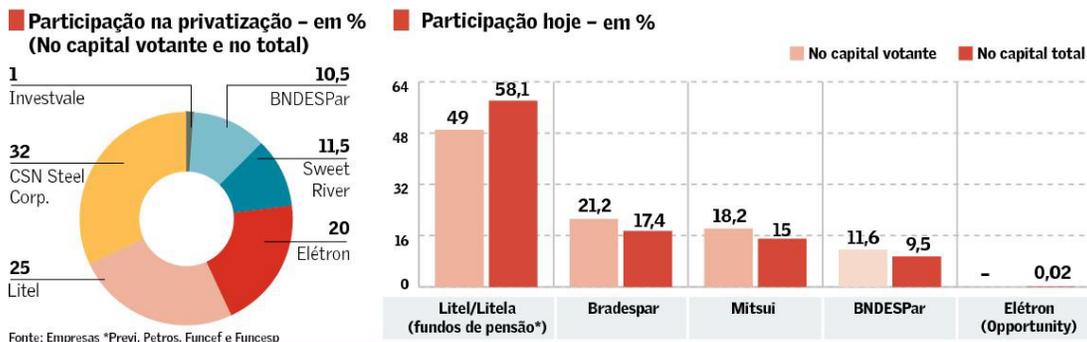
Eles recordam que o perfil da Valepar, holding que controla a Vale (ex-Vale do Rio Doce), sofreu grande mudança desde a privatização da mineradora, em 6 de maio de 1997. A imagem de empresa de controle privado aos poucos foi perdendo razão de ser. A desfiguração da Valepar, com o correr dos anos, contribuiu na necessária sucessão do presidente da mineradora, Roger Agnelli, ex-executivo do Bradesco. O governo e os fundos de pensão estatais, por mais que os neoliberais defensores do livre mercado fossem recalcitrantes em reconhecer, tinham preponderância no controle da Vale, embora sem ter poder absoluto nas decisões estratégicas da companhia, como a troca de presidente.

Os maiores fundos de pensão fechados – Previ, Petros, Funcef e Funcesp –, que juntos possuem cerca de 50% do total de ativos acumulados pela “indústria de fundos de pensão”, reunidos na holding Litel, e o governo, via BNDESPar, atingiram 60,5% do capital

votante e 67,5% do capital total da Valepar. Logo após sua privatização, tinham, juntos, 35%. Era clara a predominância de acionistas privados, liderados pela Cia. Siderúrgica Nacional (CSN), controlada por Benjamin Steinbruch, que formou o Consórcio Brasil para disputar o leilão contra o grupo Votorantim, de Antônio Ermírio de Moraes.

## Reestatização

Sócios da Valepar - controladora da Vale



Fonte: Valor (4 abr. 2011).

Os principais movimentos acionários da Valepar, com entrada e saída de grupos, ocorreram até novembro de 2003, já no primeiro ano do Governo Lula. Mas foi até o início de 2001, portanto, ainda no Governo FHC, o período marcado por relações conturbadas entre os sócios. Isso se deveu, principalmente, a conflitos de interesses surgidos com a CSN. Além disso, o estilo agressivo de gestão de Steinbruch, que presidia o Conselho e a Diretoria Executiva da Vale, aprofundou a crise entre os acionistas.

Concluiu-se que a solução, para dar liberdade de rumo e gestão à mineradora, seria tirar a CSN da Vale. O caminho foi o descruzamento de participações, uma vez que Vale, Previ e Bradesco eram acionistas da siderúrgica e esta tinha 32% da Valepar. Com a saída da CSN, em março de 2001, depois de complexa, longa e desgastante negociação com Steinbruch, na qual Roger Agnelli exerceu papel de mediador, a presença dos fundos de pensão na Valepar ganhou força.

A Litel, com peso majoritário (mais de 80%) da Previ, patrocinada pelo Banco do Brasil, tornou-se sua principal acionista, com 39%. Ficou com a maior parte das ações da CSN, sendo acompanhada pelo Bradesco, que ficou com 14% por meio da Babié Participações. Esses papéis, depois, foram transferidos a Bradespar, braço de investimentos do banco privado, criado em 2000. A *Sweet River*, que tinha Billiton, Bank of América, Goldman Sachs e Lehman Brothers, ficou de fora dessa operação.

Steinbruch, com apoio financeiro do BNDES, da Previ e do Bradesco, ficou com as ações que a Previ e o banco tinham na CSN, tornando-se o acionista controlador da companhia. A participação da Vale na siderúrgica, em torno de 10%, ficou com a Valia, fundo de pensão dos empregados da mineradora, quinto maior do País.

Em julho de 2001, com cerca de 33% das ações da Valepar (direta e indiretamente), o Bradesco indicou Roger Agnelli para presidir a Vale, enquanto a Previ ficou com a presidência do Conselho de Administração. Com essa mudança, que buscou trazer paz interna na empresa, Agnelli, que era presidente da Bradespar, e do Conselho da Vale desde maio de 2000, assumiu aos poucos os rumos da companhia.

O Bradesco tinha presença na Valepar por meio de dois veículos: Elétron S.A. e Babié /Bradespar. Na Elétron, passou a ter 85,6% de participação, correspondente a 17,75% da Valepar, após converter debêntures desse fundo, criado pelo Banco Opportunity, do famoso banqueiro Daniel Dantas, em parceria com o Citibank, para disputar o leilão da Vale. O Bradesco, que tinha sido um dos avaliadores da Vale para o leilão, adquiriu os papéis por cerca de US\$ 600 milhões, logo após a privatização, e fez a conversão em ações um ano depois.

Na época do descruzamento de participações de Vale e CSN, a BNDESPar já havia transferido suas ações na Valepar ao InvestVale, clube dos empregados da empresa, em operação de troca de papéis. O clube, que tinha 1% da holding, entregou à subsidiária do banco estatal os 4% que detinha do capital votante da Vale fora do bloco de controle. Assim, passou a controlar 11,6% da holding.

Outra operação que mudou a configuração societária da Valepar foi a incorporação dos 10% de ações ON e 1% de PN da Vale que a Litel tinha fora do bloco de controle. Com esse movimento, consumado em 26 de dezembro de 2002, os fundos passaram a deter 49% do capital votante da Valepar.

O último ano de movimentos de acionistas na Valepar foi 2003. De um lado, a *Sweet River*, então controlada pela BHP Billiton, decidiu sair da Vale. Havia claro conflito de interesses estabelecido, pois era concorrente direta da Vale em minério de ferro e outros negócios. De outro lado, em setembro de 2003, a trading japonesa Mitsui fechou a compra de 18,2% da Valepar que faziam parte do bloco da Bradespar. A empresa do Bradesco somou 39,4% após aquisições de quase metade dos papéis da *Sweet River* e da parte do Opportunity na Elétron. Daniel Dantas ficou apenas com 0,02% e foi feita uma cisão do fundo.

A venda de parte de sua participação para a Mitsui, por R\$ 2,5 bilhões, deu alívio financeiro a Bradespar, permitindo abater dívida de R\$ 2 bilhões. A parte da *Sweet River* que ficou com os fundos, por meio da Litela, foi transformada em ações preferenciais dentro da

Valepar para não infringir os limites de cada sócio no equilíbrio de forças previsto no acordo de acionistas.

Em novembro de 2003, alvo de grande crítica por parte dos neoliberais, e que permitiu a volta direta do governo à Valepar, foi a aquisição dos 11,6% do InvestVale pelo BNDES. O então presidente do banco, Carlos Lessa, ex-professor da UNICAMP e da UFRJ, em decisão que demorou apenas três dias, decidiu pela compra dessa fatia para evitar que as ações fossem vendidas a Mitsui, que, com isso, superaria 25% e passaria a ter direitos de veto nas decisões estratégicas da Vale.

Dieguez (2010) narra essa história. “A Vale do Rio Doce colocara um lote de ações à venda e Lessa comunicou ao então Ministro da Indústria e Comércio, Luiz Fernando Furlan, que o BNDES exerceria seu direito de comprá-las. Furlan avisou sua intenção ao presidente da Vale, Roger Agnelli, que se adiantou e vendeu as ações para os sócios japoneses da empresa. No segundo lote de ações colocado à venda, Lessa manteve silêncio. ‘Estava tudo combinado para que os japoneses comprassem mais essas ações, mas um estudo do banco indicou uma alternativa melhor’, contou Lessa. ‘Vendi as ações que tínhamos da Votorantim, e, com o dinheiro, fomos lá e pagamos 500 milhões de dólares pelas ações da Vale. O Furlan, quando soube, queria me matar. Mas eu não podia deixar que as decisões sobre o patrimônio dos brasileiros fossem parar nas mãos dos japoneses. Ao saber da operação, Lula, que estava no exterior, ligou para Lessa. ‘A imprensa está me perguntando se nós estamos reestatizando a Vale’, disse-lhe Lula. ‘Eu expliquei que não, que o banco estava apenas exercendo sua preferência de compra. Com essa operação eu dei um lucro de 1 bilhão de dólares para o BNDES, já que as ações da Vale dispararam.’ Dias depois, numa reunião em Brasília, Mantega e Furlan reclamaram da forma como o negócio tinha sido feito – de maneira autocrática, sem discussão nem comunicação aos ministros. ‘Se eu comunicasse, eles iam me passar para trás’, explicou Lessa.”

A operação custou ao BNDES R\$ 1,5 bilhão. Pelo valor de mercado da empresa, na época da “reestatização”, essa fatia já valia mais de R\$ 11 bilhões, sem considerar prêmio de controle. Mas, pela forma como foi realizada, Lessa, economista desenvolvimentista, recebeu críticas da imprensa neoliberal.

Com todas essas mudanças ocorridas, a Valepar passou a deter 53,6% do capital votante da Vale, e 33,3% do capital total. Abriu portas para sua “reestatização”, oito anos após. A influência dos 60,5% dos fundos de pensão e do BNDES na Valepar, holding que controla a Vale, acabou pesando na decisão da presidenta Dilma Roussef substituir seu presidente.

No comando da Vale durante quase 10 anos, Agnelli ficou mais conhecido pela sua capacidade de aumentar os ganhos imediatos da companhia e pela sua internacionalização.

Entretanto, os tenazes defensores dele junto à mídia não devem achar que o infeliz ficou triste. Segundo Fernando Torres (Valor, 22 mar. 2012), entre 2011 e 2012, a mineradora vai pagar um total de R\$ 121 milhões ao ex-presidente Roger Agnelli e a quatro diretores estatutários que deixaram a empresa. São cinco pessoas no total, mas a documentação pública divulgada pela empresa indica que a saída de Agnelli explica a maior parte do pagamento.

Além das rescisões, os R\$ 121 milhões incluem salário fixo, benefícios, encargos sociais, bônus e pagamento baseado em ações. Havia cláusula de indenizações por desligamentos “sem justa causa” (sic), ou seja, “que não tenham ligação com o desempenho do executivo”. Os contratos da empresa com os diretores estatutários continham cláusula de indenização “para os casos de rescisão ou não renovação do contrato, desde que estes eventos ocorram por iniciativa da companhia”.

A “burguesia do Estado” (sic) sabe se proteger. Adota práticas de mercado privado, de maneira mais intensa, em empresa de controle público. Em que pese esse valor escandaloso, vejamos como os idolatras do mercado livre o defendem.

Não é essa “privatização da gestão de empresa majoritariamente pública” que é o alvo da crítica de Sérgio Giovanetti Lazzarini, professor de estratégia e organização de empresas do Insper, segundo Luciana Monteiro (Valor, 13 fev. 2012). Ele diz que “há um entrelaçamento societário que abre espaço para a influência política e os próprios sócios não querem bater de frente com o governo”. O mercado de capitais no Brasil é caracterizado por blocos de controle e, nas empresas mais estratégicas, o governo ou é majoritário ou tem participação importante.

Mesmo com a troca de comando na Petrobras de José Sergio Gabrielli por Maria das Graças Silva Foster, “com perfil mais técnico”, em 2012, não se espera mudar, na avaliação dos analistas do mercado, “o fantasma da influência política”. As ações das duas principais companhias da Bolsa de Valores, Petrobras e Vale, sofrem, em alguns momentos com o chamado *risco político*. No caso da mineradora, os neoliberais insistem em dizer que “ela não é estatal”, embora o BNDESPAR e os fundos de pensão das estatais tenham a parcela mais relevante no capital social da empresa.

O investidor, ao aplicar na Bolsa de Valores, tem de acompanhar não apenas os números financeiros dessas companhias estratégicas, mas também as decisões tomadas pelo governo, ou seja, tem de fazer análise fundamentalista em longo prazo. Levantamento do Valor Data mostra que as estatais representam percentual de 17,59% do Índice Bovespa. No caso do IBrX, composto pelas 100 ações mais líquidas, essa participação chega a quase 22,47%.

Na Petrobras, as primeiras “denúncias do mercado” vieram com a política conservadora de reajuste dos preços dos combustíveis. Ela não necessariamente acompanha

as flutuações do mercado internacional como na era neoliberal. Em 2010, quando a Petrobras decidiu se capitalizar para a exploração do petróleo extraído do pré-sal, que as ações da empresa passaram a enfrentar campanha política maior dos investidores.

Segundo Ribamar Oliveira (Valor, 30 set. 2010), a operação de capitalização da Petrobras, concluída no final de setembro de 2010, aumentou a participação da União na empresa, rendeu cerca de R\$ 30 bilhões ao Tesouro Nacional, ajudando-o a cumprir a meta de superávit primário daquele ano, e permitiu a emissão de títulos públicos para que o BNDES pagasse as ações que subscreveu. Mesmo assim, no primeiro momento, a dívida bruta do governo não aumentou.

Para entender essa engenharia financeira, é importante lembrar a origem de tudo: a cessão onerosa à Petrobras de 5 bilhões de barris de petróleo. Por esse óleo, que ainda está no fundo do mar, a 7 mil metros de profundidade, a empresa estatal pagou, em valor presente, R\$ 74,8 bilhões ao Tesouro Nacional, preferencialmente em títulos, de acordo com a Lei 12.276/2010.

O Tesouro, por sua vez, pagou à Petrobras, também em títulos, pela subscrição que realizou do capital da empresa. Estimava-se que o valor tivesse ficado entre R\$ 43 bilhões e R\$ 50 bilhões.

Houve, portanto, “sobra” dada pela diferença entre o que o Tesouro recebeu pelos 5 bilhões de barris e o que pagou pelas ações da estatal. Qualquer que tenha sido esse valor, porém, o montante de títulos que o Tesouro emitiu para pagar a subscrição de ações foi bem inferior ao que ele receberia da Petrobras. Se a operação parasse aí, haveria redução da dívida bruta equivalente à “sobra”.

Mas, além do Tesouro, o BNDES e o Fundo Soberano do Brasil (FSB) também subscreveram ações da Petrobras. O FSB pagou as suas ações com os títulos públicos que possuía, desde dezembro de 2008, quando foi criado. O Tesouro resolveu emprestar até R\$ 30 bilhões ao BNDES, operação autorizada pela Medida Provisória 505, editada na semana anterior à capitalização pelo presidente Lula. Esse empréstimo também foi concretizado por meio da emissão de títulos. O BNDES pagou as ações da Petrobras com esses papéis.

Dois outros detalhes da operação merecem atenção. Dias antes da capitalização da Petrobras, o Tesouro Nacional foi autorizado a capitalizar o BNDES e a Caixa Econômica Federal com ações da petroleira estatal. A Caixa passou as suas ações para o Fundo Soberano. Com essa operação, o Tesouro ampliou a “sobra”, pois passou a responsabilidade de subscrição das ações da Petrobras para esses dois entes públicos. Ao emitir títulos para que o BNDES pagasse as ações da Petrobras que subscreveu no processo de capitalização, o Tesouro transformou uma despesa financeira em receita primária, pois foi a emissão desses

papéis que permitiu que a “sobra” ficasse no caixa. O impacto da operação de capitalização da Petrobras no superávit primário seria dado pelo valor dessa “sobra”.

O governo do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso também utilizou receitas de capital, obtidas na venda de empresas estatais, para fechar as contas públicas. Embora essas receitas, pela contabilidade brasileira, fossem consideradas receitas primárias, o acordo do Brasil com o Fundo Monetário Internacional (FMI) existente à época obrigou o governo FHC a utilizar o dinheiro obtido com as privatizações unicamente para abater a dívida pública.

O modelo de capitalização escolhido, ancorado na cessão onerosa de 5 bilhões de barris da União para a Petrobras, aumentou “a percepção de O Mercado do risco político na companhia”. As ações preferenciais (PN) da Petrobras, que chegaram a valer R\$ 34,49, no início de 2010, despencaram para abaixo de R\$ 18,00, em outubro do mesmo ano, logo após o encerramento da operação.

Ressalve-se que a Petrobras atingiu então a segunda colocação na lista de maiores empresas da América Latina e dos Estados Unidos, no critério de patrimônio líquido. A constatação foi da consultoria Economática, que considerou todas as empresas de capital aberto das regiões e verificou que, em setembro, a estatal brasileira conquistou a vice-liderança no ranking, com um patrimônio de US\$ 175,5 bilhões. Em junho de 2010, antes de sua capitalização, a Petrobras era a décima empresa da amostra, com valor patrimonial de US\$ 98,237 bilhões.

Na lista das 30 maiores companhias da Economática, o Bank of America ocupou o primeiro lugar (US\$ 230,495 bilhões) no ranking de setembro de 2010. Depois da Petrobras, aparecem empresas americanas, como os bancos JP Morgan Chase (US\$ 173,8 bilhões) e Citigroup (US\$ 162,9 bilhões), a seguradora Berkshire Hathaway (US\$ 149,7 bilhões) e a petrolífera Exxon Mobil (US\$ 145 bilhões). Entre as brasileiras, além de Petrobras, estão na lista a Vale, com patrimônio líquido de US\$ 67,4 bilhões, na 15ª posição; a Eletrobras (US\$ 46,6 bilhões), no 24º lugar; e o banco Santander Brasil (US\$ 38,9 bilhões), na 30ª posição.

No entanto, segundo visão de analista de corretora, o que importava era que a Petrobras continuaria seguindo as diretrizes definidas em Brasília! Mesmo depois, quando sua presidenta da empresa foi indicada pela presidenta da República, aliás como é de praxe, ainda segundo o expert, “o problema é que o Conselho que define as estratégias da empresa e ele é presidido por membro do controlador, a União”. Sim, a maior empresa do País é dirigida pelo Estado brasileiro!

O governo, sob o ponto de vista da estratégia de desenvolvimento do País, em longo prazo, tem interesse em manter posição para não perder sua capacidade de influência, reconhece o professor Lazzarini, do Insper. “Por isso, o investidor tem de estar ciente disso e

colocar no preço de sua análise antes de comprar uma ação.” Em outras palavras, tem de precificar o risco político, em curto prazo. Mas também tem de precificar, de maneira favorável em longo prazo, o risco soberano.

## 7 Gestão de Fundos de Previdência Complementar

Juliana Ennes (Valor, 23 mar. 2012) informou a respeito de potencial geração de *funding* para financiamento do desenvolvimento. A indústria de fundos de pensão, responsável por investimentos de R\$ 597,3 bilhões no país, poderá receber nos próximos anos uma quantia adicional considerável de recursos, com a aprovação da criação do Fundo de Previdência Complementar para os Servidores Públicos Federais (Funpresp). Estima-se que em cinco anos haja R\$ 10 bilhões acumulados para serem investidos. Espera-se também que os novos Fundos de Previdência Complementar sejam os maiores do país nas próximas décadas. Em dezembro de 2010, o grupo de cinco maiores EFPC (Entidades Fechadas de Previdência Complementar), formado pela PREVI (Banco do Brasil), PETRO (Petrobras), FUNCEF (Caixa), FUNCESP (Cesp) e VALIA (Vale), possuía 52% do Total de Ativos Acumulados e só a PREVI, 27%.

A Resolução CMN nº 3.792, de 2009, permite a EFPC investimentos em seis macrosegmentos de aplicação, que são os seguintes com sua respectiva participação na carteira de ativos consolidada no final de 2010: renda fixa (57,16%), renda variável (33,18%), investimentos estruturados (1,23%), investimentos no exterior (0,06%), imóveis (2,88%), operações com participantes (2,52%) e outros (derivativos, valores a pagar e a receber, fundos com abertura de carteira facultativa) com 2,97%.

Havia, nesse último balanço consolidado (2010), concentração (57%) dos recursos aplicados no segmento de renda fixa, seja em títulos públicos ou papéis privados. Operações compromissadas, lastreadas em títulos de dívida pública, representavam 5,2%. Os títulos públicos federais representavam 42,0% dos investimentos dos fundos de pensão brasileiros. Mais de 80% do valor total de títulos públicos estavam referenciados em índices de preços (NTN-B e NTN-C), indicando uma busca por ativos relacionados aos compromissos atuariais dos planos de benefícios.

Os títulos privados representam 9,9% dos investimentos dos fundos de pensão brasileiros. Houve redução significativa do percentual de recursos investidos em CDB, passando de 46,9% em 2009 para 38,9% em 2010. O maior crescimento em títulos privados estava relacionado com investimentos em Depósito a Prazo com Garantia Especial – DPGE e em Letras Financeiras, representando, em dezembro de 2010, respectivamente, 7,6% e 7,4% dos investimentos das EFPC em títulos privados. Cabe destacar que as entidades não possuíam investimentos em Letras Financeiras em dezembro de 2009, pois a emissão desse

título foi autorizada pela Resolução CMN n.º 3.836, de 25 de fevereiro de 2010, como incentivo à geração de *funding* em longo prazo.

As EFPC têm realizado seus investimentos, prioritariamente, por meio de gestores terceirizados, sendo aproximadamente 57% dos recursos administrados por meio de Fundos de Investimento. Portanto, os recursos administrados pela própria entidade equivaliam a 43% em dezembro de 2010.

No caso de investimentos em ações, apresentamos dois exemplos significativos de negócios do Capitalismo de Estado Neocorporativista no Brasil, direcionado pelo Estado, e com associação entre fundos de pensão e empresas privadas: a Sete Brasil e a Invepar.

Com o Pré-sal nasceu a demanda de 28 sondas de perfuração marítima. Para tornar viável a construção das sondas no Brasil, a Petrobras criou a *Sete Brasil*, na qual a estatal conta com 10% de participação. Em seguida, outros sete acionistas se tornaram investidores da empresa, os fundos de pensão: Petros, Previ, Funcef e Valia, além dos bancos Santander, Bradesco e o FI-FGTS. Posteriormente, juntou-se o BTG Pactual, um banco de investimento, ativos e gestores de riqueza no Brasil, com acionistas do tipo as famílias Motta, Agnelli e Rothschild, o fundo de *private equity* J.C. Flowers, os fundos soberanos da China, de Cingapura e de Abu Dabi, assim como o fundo de pensão dos professores de Ontário e a família Santo Domingo, da Colômbia.

Em julho de 2011, a Petrobras contratou as primeiras sete sondas da Sete Brasil, empresa de investimentos especializada em gestão de portfólio de ativos voltados para o setor de petróleo e gás. Em fevereiro de 2012, a empresa foi contratada para construir outras 21 sondas de perfuração para a exploração de petróleo e gás no Pré-Sal. Assim, a Sete Brasil já se tornou a maior empresa do mundo em sondas de águas ultra-profundas (por número de sondas) e o maior player global de *offshore drilling* do mundo (por *backlog* de contratos) com mais de US\$ 80 bilhões em contratos. Esses contratos viabilizarão o estabelecimento de dois novos estaleiros no Brasil (Jurong Aracruz e Enseada do Paraguaçu) e a ampliação de mais quatro estaleiros (EAS, OSX, Brasfels e ERG2).

Outro exemplo é a INVEPAR, que foi criada em março de 2000. Hoje, seus acionistas são a Previ, a Petros, a Funcef e o grupo OAS. Sua meta estratégica é estar comprometida com o desenvolvimento do Brasil, pois ela é uma das principais empresas do setor de infraestrutura rodoviária e de transporte. O Grupo INVEPAR faz a administração da Concessionária Auto Raposo Tavares S.A. (CART), da Concessionária Litoral Norte S.A. (CLN), da Linha Amarela S.A. (LAMSA), da Concessão Metroviária do Rio de Janeiro S.A. (METRÔ RIO), Concessionária Bahia Norte S.A. (CBN), da Concessionária Rio Teresópolis S.A. (CRT) e o Complexo Viário e Logístico de Suape (EXPRESS WAY). O total do patrimônio líquido da INVEPAR controladora é de R\$ 1,383 bilhão e obtém receita de

prestação de serviços anual de R\$ 740,5 milhões. Recentemente, a INVEPAR e a operadora sul-africana ACSA calaram os concorrentes no leilão do aeroporto de Cumbica após lance de R\$ 16,2 bilhões.

Tabela 1  
Rentabilidade dos fundos de pensão, no período de 2004 a 2010, em %

Descrição	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	Acumulado
<b>Rentabilidade nominal</b>	<b>20,05</b>	<b>17,85</b>	<b>23,6</b>	<b>21,31</b>	<b>-1,27</b>	<b>21,48</b>	<b>13,27</b>	<b>188,19</b>
TMA (INPC + 6 % a.a.)	12,5	11,35	8,98	11,47	12,86	10,36	12,85	113,90
<b>Rentabilidade acima da TMA</b>	<b>6,71</b>	<b>5,84</b>	<b>13,42</b>	<b>8,83</b>	<b>-14,29</b>	<b>10,08</b>	<b>0,37</b>	<b>32,02</b>
Ibovespa	17,81	27,71	32,93	43,65	-41,22	70,43	1,04	190,81
DI / Selic	17,75	18	13,25	11,18	13,66	9,84	9,90	140,03

Fonte: Diace/Previc.

O sociólogo Chico de Oliveira, que se tornou antipetista, gosta de denunciar a mobilidade social da “aristocracia sindicalista”. Nas entrelinhas, sugere que todos ex-companheiros – exceto ele e outros poucos “puristas” que ingressaram no PSOL – se venderam ao sistema capitalista! Talvez ele use as seguintes informações como argumento em defesa de sua hipótese, dizendo que não se espantou com a seguinte notícia dada por Denise Carvalho (Valor, 7 nov. 2011).

Há processo de seleção na Previ, fundo de pensão dos funcionários do Banco do Brasil, para a escolha dos conselheiros de administração e fiscais de empresas em que a fundação detém participação acionária, como Ambev, CPFL Energia, Gerdau, Neoenergia e Usiminas. Este processo de seleção define o equilíbrio de forças entre diferentes grupos que têm interesse em acompanhar mais de perto as decisões da Previ, o maior fundo de pensão do país. Em outras palavras, se os *funcionários* ligados ao comando do Banco do Brasil aumentarão a representatividade nos conselhos das companhias, se os *aposentados* terão mais influência ou se *sindicalistas* ampliarão seu espaço nas decisões.

Funcionários e aposentados do BB podem participar da seleção e devem se inscrever no site da Previ até certa data. Cerca de 3.300 cadastraram currículos para concorrer a 171 assentos nos conselhos das empresas que realizariam assembleias, um trimestre após, para renovar ou reeleger os integrantes.

Os *aposentados* estavam aumentando a representatividade nos anos anteriores. No final de 2011, eles ocupavam 52% dos possíveis 223 assentos entre titulares e suplentes com mandato previsto para terminar em 2012 ou 2013. Em 2004, representavam cerca de 46%. Em 2008, estavam em 47%.

Os *funcionários ativos* do Banco do Brasil, por outro lado, veem reduzindo a influência. Eles estavam em cerca de 18% dos assentos indicados pela Previ. No final de 2011, estavam em 5%. A participação de *sindicalistas* é mais difícil de calcular, porque eles podem estar ligados às entidades que representam os trabalhadores e os aposentados.

Segundo fontes próximas ao Banco do Brasil e à Previ, o avanço dos aposentados ocorreu à medida que o Banco passou a orientar os funcionários ativos a evitar as disputas internas por uma vaga de conselheiro. “Vários executivos queriam ser conselheiros, o que causava conflitos. Era difícil administrar a ciúmeira”, diz uma das fontes.

O BB e as entidades de classe informaram que não interferem na seleção e que a Previ define os critérios para eleger os conselheiros. O presidente do Sindicato dos Bancários de São Paulo acrescentou que a entidade cobra dos eleitos a defesa dos direitos dos trabalhadores.

A princípio, os candidatos querem maximizar o valor das empresas porque são esses ativos que vão pagar a aposentadoria dos funcionários do banco. O pano de fundo é a disseminação de boas práticas de governança. “Ser conselheiro é uma nova profissão”, diz Joaquim Rubens Fontes Filho, professor da Fundação Getúlio Vargas do Rio de Janeiro. “A Previ conseguiu criar um modelo de acompanhamento do funcionalismo a partir de leis que regem o modelo de governança dos fundos estatais.”

Dentre os critérios de seleção, destacam-se formação acadêmica, experiência profissional e conhecimentos específicos, como direito societário e estratégia empresarial. Nos casos em que a indicação de funcionário caracterizaria conflito de interesses – como a participação no Conselho do Banco do Brasil –, a Previ indica conselheiros externos.

Essas informações são importantes para entender a sociologia do Capitalismo de Estado Neocorporativista no Brasil. Esta não chega a caracterizar adoção de *autogestão*, isto é, o gerenciamento de empresa pública pelos próprios empregados, que são representados em sua direção ou em conselho gestor.

Atualmente, a maioria dos atuais dirigentes do Banco do Brasil é composta por quadros profissionais do próprio Banco. No entanto, isso não evitou, pelo contrário, parece ter acirrado a disputa por poder, rede de intrigas, denúncias, quebra de sigilo bancário e demissões que confrontou a direção da maior instituição financeira do Brasil, o Banco do Brasil, com a da principal fundação de previdência complementar da América Latina, a Previ, no início de 2012.

Hoje, também são “donos do dinheiro”, indiretamente, os sindicatos que organizam a participação dos trabalhadores nas campanhas de eleições nos fundos de pensão dos empregados das grandes empresas. Há exemplos da existência desse fenômeno nos Estados

Unidos, através de dois dos maiores fundos de pensão norte-americanos: o *Teachers Union*, de Nova York, e o Fundo de Pensão dos Funcionários Públicos da Califórnia. Os dois são multibilionários e administrados por pessoas que foram sindicalistas. O Capitalismo de Estado Neocorporativista coloca na negociação dos empreendimentos, para atender os interesses nacionais estratégicos, como associados, representantes dos trabalhadores, empresários e banqueiros. Essa conciliação de interesses parece irritar os radicais dogmáticos.

### **Conclusão**

A *Nomenklatura* (Nomenclatura) é uma palavra latina russificada que designava a classe dirigente da União Soviética, ligada estreitamente ao aparelho partidário do Partido Comunista. Durante dezenas de anos, a URSS constituiu modelo totalitário de direção de Estado, que começou a fracassar em 1956, quando no XX Congresso do PC foram revelados os crimes da era stalinista. Até a derrocada total desse regime foi ficando claro para a esquerda mais lúcida que a URSS não era Estado socialista, mas sim uma sociedade de classes dominada por certa categoria, denominada de *Nomenklatura*, relativamente pouco numerosa que explorava a maior parte da população e a dominava graças a Estado totalitário.

Stalin foi a emanção desta Nomenclatura em que órgão do secretariado do PC realizava as nomeações, não somente no aparelho do partido, mas em todos os organismos administrativos, seções do Governo, polícia política, Exército Vermelho, economia, cultura, etc. O fenômeno burocrático foi a característica dominante do que se chamou de stalinismo.

Essa esquecida expressão – *a Nomenclatura* – foi retirada agora do baú da história da esquerda mundial quando se discute a configuração do Capitalismo de Estado nos países emergentes.

Uma conhecida máxima política diz que só se convoca uma convenção partidária quando tudo já está decidido pelo “comitê central”, formado pelos líderes de suas tendências, ou, em alguns casos, pelo cacique político criador (e na prática “dono”) do próprio partido. Evidentemente, ele pode “vender” algumas vagas ou mesmo ceder, “gratuitamente”, para alguns amigos ou parentes. Todos serão futuros candidatos a cargos nomeados pela Nomenclatura, onde a “troca de favores” será retribuída, conforme reza “a contribuição brasileira para a civilização” (Sérgio Buarque de Holanda): a do “homem cordial”.

Neste sentido, a sociedade brasileira tem a oportunidade de assistir, em governo de coalizão, a partilha de cargos no governo federal. É experiência que se consolida no nosso mundo político-partidário, aliás, resgatando tradição pré-golpe militar. Com este, as patentes, os poderes tecnocráticos e as trocas de favores pessoais ficaram ainda mais restritas.

O critério técnico de mérito e/ou reputação profissional é substituído pelo de “laços afetivos (e efetivos)” com caciques de partidos. Em muitos casos, basta simples diploma de curso superior para justificar a “competência” para o cargo.

Aqui se plantou espécie particular de “jabuticaba” híbrida: o presidencialismo-parlamentarista. Este soma os defeitos de ambos os regimes: a fragilidade parlamentar do presidencialismo com a ausência de quadros técnicos bem formados e estáveis, na burocracia estatal, para blindar os ministérios, as empresas estatais, as fundações, etc. contra o assalto dos parlamentares ao butim.

“Não é na liberação de emenda que mora o engodo, e sim na triangulação entre parlamentares, seus indicados na máquina de governo e fornecedores públicos que recebem pelo serviço que não prestam. É dos lucros dessa triangulação que vivem muitos políticos” (Fernandes, M. C.; Valor, 30 mar. 2012, p. A15).

Esse apadrinhamento político parece ser normal, em país e, especialmente, no Distrito Federal, que tem Senado que “abriga em sua burocracia verdadeiros clãs encabeçados por funcionários que entraram na Casa por meio do ‘trem da alegria’, ascenderam a postos-chaves, e agora empregam mulheres, maridos, filhos, irmãos e agregados em cargos de confiança – sem a necessidade de concurso público” (FSP, 23 out. 2007). Têm salários muito superiores ao de qualquer professor-titular, que estudou durante vários anos e passou em todos os concursos públicos, com defesa de tese, obrigatórios para ascender na carreira universitária. Os nomes de senadores estão ligados à maioria dos clãs, sendo os padrinhos da indicação da maioria de seus afilhados, inclusive em cargos públicos supostamente técnicos, cujo acesso deveria ser por mérito.

Apresentamos os seguintes argumentos em análise da hipótese de que se está se configurando Capitalismo de Estado Neocorporativo no Brasil:

1. O Capitalismo de Estado chinês (sob domínio do PCC) e o russo (sob ex-KGB) são derivados de experiências históricas com “socialismo de mercado” e, claramente, se diferenciam do Capitalismo de Mercado norte-americano. O Capitalismo de Estado brasileiro possui *Estado interventor, indutor e regulador*, que propiciou “salto de etapas históricas”, antes percorridas por países de capitalismo maduro, mas ele ainda busca conquistar maior autonomia tecnológica e financeira.

2. O Neocorporativismo é forma particular de intermediação de interesses entre sociedade civil e Estado. Nele, os interesses gerados na sociedade civil são organizados, seja em sindicatos dos trabalhadores, seja em associações empresariais, cujas estruturas internas centralizadas e hierárquicas impõem *a militância político-partidária ou a troca de favor pessoal* para obter apoio à ascensão a postos com poder de decisões estratégicas em regime presidencialista de coalizão partidária.

3. Desde a obra de Oliveira Vianna, firmou-se a *tradição brasileira de “elitismo autoritário”*, que denuncia a inadaptação da República a modelo político alheio à realidade social do País, inspirado no padrão norte-americano e incapaz de organizar o povo brasileiro, destituído da vontade política necessária ao liberalismo. De acordo com essa *visão elitista da sociedade brasileira*, a superação do atraso não pode resultar da ação espontânea desse povo sem formação cívica, mas somente das elites formadas nas classes profissionais e econômicas.

4. A realidade política de *cooptação* perdura ao longo dos tempos em terras brasileiras, pois o fosso entre o topo e a base da pirâmide social tende a se esvaír em *clientelismo*. Cede lugar, sobretudo na mente dos que mandam, à ideia de complementaridade harmoniosa entre funções de *direção* e funções de *execução*. Para as primeiras estariam *predestinados os membros da elite política, inclusive sindical e midiática*, “personalidades” ou “celebridades”, cuja liderança, ou melhor dito, popularidade, teria o consentimento ativo dos outros, isto é, dos “de fora”, a maioria do povo.

5. Há cientistas sociais e economistas brasileiros que, embora reconheçam essa esdrúxula constituição da identidade nacional, têm dificuldade com ela conviver. Eles a comparam com a *jabuticaba*, fruta que só dá em *terrae brasilis*, ou com *ornitorrinco*, isto é, “uma mistura esdrúxula da coisa mais avançada do capitalismo financeiro com a coisa mais atrasada do subdesenvolvimento, tal como um mamífero que bota ovo”. Na incapacidade de aceitar a *Tropicalização Antropofágica Miscigenada*, devido à aversão radical ao pragmatismo governamental necessário para dirigir uma economia de mercado, esses intelectuais não percebem a configuração de algo novo com a reestatização de empresas estatais, que tinham sido privatizadas na era neoliberal, com participações ativas dos fundos de pensão nas negociações, a aprovação do FUNPRESP e outros fundos, além de outros desdobramentos que configuram o Capitalismo de Estado no Brasil com maior autonomia tecnológica e financeira.

6. Alteraram-se a *regulação e o direcionamento estratégico das grandes empresas brasileiras*, seja as estatais em que o Conselho de Administração que define as estratégias da empresa é presidido por membro do controlador (a União), seja as privadas em que o Estado brasileiro trocou o controle majoritário por minoritário ao adquirir ações de empresas estratégicas, via BNDESPAR e fundos de pensão patrocinados, para elevar a competitividade brasileira. No *modelo de acionista minoritário*, o Estado possui grande influência em todo o Brasil corporativo, inclusive aumentando o retorno dessas companhias sobre seus ativos, pois as participações estatais as proveem de recursos que não conseguem em mercado de capitais.

7. Está se criando um modelo de acompanhamento do funcionalismo (sindicalista e/ou aposentado) presente em Conselhos de Administração e Fiscais, a partir de leis que regem o

*modelo de governança dos fundos de pensão patrocinados por estatais*. Dentre os critérios de seleção, destacam-se formação acadêmica, experiência profissional e conhecimentos específicos, como direito societário e estratégia empresarial. Politicamente, são os sindicatos e os partidos trabalhistas que organizam a participação dos funcionários nas campanhas de eleições nos fundos de pensão “donos do dinheiro”. O Capitalismo de Estado Neocorporativista coloca na negociação dos empreendimentos, para *conciliação e atendimento dos interesses nacionais estratégicos*, como *sócios*, representantes dos trabalhadores, empresários e banqueiros.

8. Se são membros de *nomenclatura, elite sindicalista, empresarial e/ou intelectual*, ou mesmo “*burguesia de Estado*”, são perguntas cujas respostas cabem mais a cientistas políticos e sociais.

### **Bibliografia**

BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de Política*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1986. 1328 p.

COSTA, Fernando Nogueira da. *Finanças dos Trabalhadores*. Campinas: Unicamp. IE, jul. 2010. (Texto para Discussão, n. 182).

\_\_\_\_\_. *Manifesto da Tropicalização Antropofágica Miscigenada*. Postado em 22 dez. 2011 no Blog: <http://fernandonogueiracosta.wordpress.com/2011/12/22/minuta-do-manifesto-da-tropicalizacao-antropofagica-miscigenada/>

DEBRUN, Michel. *A conciliação e outras estratégias*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1983. 173p.

DIEGUEZ, Consuelo. O desenvolvimentista. *Revista Piauí*, São Paulo, Edição 49, out. 2010.

HOLLANDA, Cristina Buarque de. *Teoria das Elites*. Rio de Janeiro: Zahar, 2011.

Entrevista de Francisco de Oliveira. *Memória Roda Viva*, acessível pela web: [http://www.rodaviva.fapesp.br/materia/697/entrevistados/francisco\\_de\\_oliveira\\_2003.htm](http://www.rodaviva.fapesp.br/materia/697/entrevistados/francisco_de_oliveira_2003.htm)

SINGER, André. O Lulismo e seu Futuro. *Revista Piauí*, São Paulo, Edição 49, out. 2010.

\_\_\_\_\_. Setor ascendente será objeto de disputa política. *Teoria e Debate*, São Paulo, 1 dez. 2010.

STORTINI, Carlos R. *O dicionário de Borges*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.

WOOLDRIDGE, Adrian. A mão visível. *Carta Capital*, São Paulo, 15 fev. 2012. Republicação da matéria “*The visible hand*”. *The Economist*, 21 jan. 2012. Disponível em: <http://www.economist.com/node/21542931>.